

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU - CMA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC				
			SETOR	DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
			TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá regiamente a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando supletivamente as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar 155 de 27 de outubro de 2016,e, ainda, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e será regulamentado, em sua forma eletrônica, neste Poder Legislativo, pelo Ato nº 13 de 23 de agosto de 2021, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contida neste Edital e seus anexos.			
ОВЈЕТО:	Contratação de empresa especializada para Locação de Veículos para as atividades administrativas, Vereadores e Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aracaju, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM ,			



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

	DIA	HORA
ABERTURA DAS PROPOSTAS	26/04/2023	09h00min
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	26/04/2023	09h30min

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado <u>o horário de Brasília /DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- Divisão de Licitações e Contratos CPL/ CMA
- www.aracaju.se.leg.br
- https://aracajucompras.se.gov.br/cma/
- www.licitanet.com.br
- cpl@aracaju.se.leg.br
- Endereço: Rua Itabaiana, 174, Centro, Aracaju/SE, CEP. 49010-170 Divisão de Contratos e Licitação.

LOCAL: www.licitanet.com.br



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

EDITAL Nº 01/2023

ATENÇÃO

O Acórdão TCU nº 754/2015 – Plenário determinou aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença (...)".

EM CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO ACIMA, ALERTA-SE PARA QUE <u>O</u> <u>LICITANTE ANALISE DETALHADAMENTE O EDITAL E SEUS ANEXOS, A FIM DE POSSIBILITAR A FORMULAÇÃO ADEQUADA DE SUA PROPOSTA E LANCE, TORNANDO-OS PASSÍVEIS DE CUMPRIMENTO.</u>

A prática injustificada pelo licitante das condutas descritas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.0 - <u>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</u>:

- 1.1. A Câmara Municipal de Aracaju por intermédio de seu Pregoeiro, o Sr. Marcelo de Andrade Santos, e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 307 de 18 janeiro de 2023, tornam público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO.**
 - 1.1.1 A licitação será realizada conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que a compõem.
 - 1.1.2 O critério de julgamento adotado será o <u>MENOR PREÇO POR ITEM</u> observadas as exigências contidas neste edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografía e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Aracaju, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela plataforma eletrônica do Portal de Compras da Licitanet no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

2.0 – DO OBJETO:

2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a Contratação de empresa especializada para Locação de Veículos para as atividades administrativas, Vereadores e Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aracaju, de acordo com especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. A Contratação de Empresa para a Locação de Veículos conforme descrição dos itens 01, 02, 03 e 04 que constam no Item 4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS do Termo de Referência (Anexo I), se dará com aquisição de combustível às expensas da CONTRATANTE.

3.0 – <u>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</u>

3.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2023 da Câmara Municipal de Aracaju, com dotação suficiente, obedecendo à classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 01101 Câmara Municipal de Aracaju.

Ação: 01.031.001-2001 Manutenção da Câmara Municipal de Aracaju

01.031.001-2258 Manutenção da TV Câmara

Natureza da Despesa: 33.90.39.00 Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

SubElemento: 33.90.39.13 Locação de Bens Móveis e outras Naturezas e Intangíveis

Fonte: 15000000 Recursos Não Vinculados de Impostos





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

4.0 – CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS:

- 4.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, nos sítios eletrônicos https://licitanet.com.br/ e no site da Câmara Municipal de Aracaju https://aracajucompras.se.gov.br/cma/. Outras informações poderão ser adquiridas no horário de 07h as 12h pelo telefone (79) 3512-2529 em contato com a Divisão de Contratos e Licitação e também no endereço Rua Itabaiana, 174, Centro, Aracaju/SE.
- 4.2. As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sítios acima descritos, com vista a possíveis alterações e avisos.
- 4.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
- 4.4. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração.

5.0 – DA IMPUGNAÇÃO:

- 5.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 5.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 5.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.4. Acolhida a impugnação contra os termos do edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.
- 5.5. A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante por e-mail, e divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

6.0 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 6.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.2. Participação ampla sendo concedida às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte os benefícios a que se referem a Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme arts. 42 a 49 da referida Lei e Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2007.
- 6.3. Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 6.3.1 estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 6.3.2 estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar, impostas pelo Município de Aracaju;
 - 6.3.3 sejam declarados inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - 6.3.4 estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
 - 6.3.5 é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 8666/1993. (Acórdão nº 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011) e da 1º Turma do STJ (AResp 309.867);

- 6.3.6 isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- 6.3.7 sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

7.0 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

- 7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - 7.1.1 conduzir a sessão pública;
 - 7.1.2 receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
 - 7.1.3 verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
 - 7.1.4 coordenar a sessão pública e o envio de lances;
 - 7.1.5 verificar e julgar as condições de habilitação;
 - 7.1.6 sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
 - 7.1.7 receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
 - 7.1.8 indicar o vencedor do certame;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 7.1.9 adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 7.1.10 conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 7.1.11 solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- 7.1.12 encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

8.0 - CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES:

- 8.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site https://licitanet.com.br/;
- 8.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 8.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 8.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n º 123, de 2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas;
- 8.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente, ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.6. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar seus representantes, mediante chave de acesso a plataforma eletrônica, bem como apresentar e a procuração

Rua Itabaiana, nº 174, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010-170.

CNPJ: 13.167.804/0001-21

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

preenchida (ANEXO II) atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no "https://licitanet.com.br/";

- 8.7. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 8.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU ou a LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS EIRELI a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9.0 - PARTICIPAÇÃO:

- 9.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site https://licitanet.com.br/;
- 9.2. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecido.
- 9.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 9.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Câmara Municipal de Aracaju, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;
- 9.5. As empresas Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;
- 9.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: https://licitanet.com.br/;
- 9.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 9.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou a Câmara Municipal de Aracaju, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;
 - 9.8.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;
- 9.9. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 9.10. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 9.11. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;
- 9.12. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital:
- 9.13. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;
- 9.14. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- 9.15. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

10.0 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema https://licitanet.com.br/, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a DESCRIÇÃO (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 10.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 10.3. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;
- 10.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;
- 10.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;
- 10.6. A proposta de preços deverá ser cotada de acordo com o detalhamento constante no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), contendo a **Marca, Modelo e Cor** do item (veículo) ofertado, sob pena de desclassificação;
- 10.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 10.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, sob pena de inabilitação;
- 10.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 10.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 10.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 10.12. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.0 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- 11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - a) Valor mensal
 - b) Valor anual
 - 11.1.1. **Descrição detalhada do objeto**, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, quantidade, descrição do serviço, prazo de validade da proposta, a marca, modelo e cor, ano de fabricação correspondente ao item;
- 11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
- 11.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 11.4. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

12.0 – <u>DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E</u> FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 12.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste Edital;
- 12.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;
- 12.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;
- 12.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;
- 12.5. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro;
- 12.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site https://licitanet.com.br/, conforme Edital;
- 12.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 12.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 12.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de 1,00 (um real);
- 12.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 12.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;
- 12.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02** (**dois**) **minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 12.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 12.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 12.15. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES TOTAIS para cada item, com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.
- 12.16. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 12.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 12.18. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 12.19. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 12.20. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 12.21. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 12.22. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 12.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site https://licitanet.com.br/;
- 12.24. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 12.25. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 12.26. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores as propostas melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;
- 12.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 12.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 12.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 12.30. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 12.31. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - a) Produzidos no País;
 - b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3°, § 2°, incisos II, III e IV da Lei n° 8666/93);



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- d) Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- 12.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 12.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

13.0 – <u>DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA</u>:

- 13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada quanto à adequação ao objeto e quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;
- 13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 13.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos serviços de mercado, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.
- 13.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

fundamentam a suspeita;

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de

diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de

antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar,

por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de

não aceitação da proposta.

13.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e

justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

13.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que

contenham as características do serviço ofertado, tais como marca, modelo, cor, ano de

fabricação além de outros que achar pertinente, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for

o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio

pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

13.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta

ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

13.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova

data e horário para a sua continuidade;

13.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao

licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor

preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

13.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à

subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 13.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 13.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;
- 13.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 13.16. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 - a) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
 - b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- 13.17. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;
- 13.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
- 13.19. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);
- 13.20. Ocorrendo divergência entre os **preços unitários e o preço global do item, prevalecerão os primeiros,** no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 13.21. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;
- 13.22. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

14.0 – <u>DA HABILITAÇÃO:</u>

14.1 – Para Habilitação Jurídica:

- 14.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 14.1.2. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administrado;
- 14.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.2 - Para Qualificação Econômico-Financeira:

- 14.2.1. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, havendo possibilidade de emissão via internet.
- 14.2.2. De acordo entendimento do TCU (Acórdão nº 8.271/2011-2ª Câmara, DOU de 04/10/2011) e da 1ª Turma do STJ (AResp 309.867), é possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8666/1993;

- 14.2.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social vigente apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e registrado na Junta Comercial.
- 14.2.4. A boa situação financeira da empresa Licitante será comprovada mediante a análise das demonstrações financeiras do item anterior em função do Índice de Liquidez Geral ILG igual ou maior que 1,00, conforme fórmula abaixo:

$$ILG = \frac{Ativo\ Circulante + Realiz\'{a}vel\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Passivo\ N\~{a}o\ Circulante} \ge 1,00$$

- 14.2.5. Deverá estar expresso no balanço da licitante o cálculo do ILG conforme fórmula acima ou em folha à parte, carimbada e assinada pelo contador da empresa;
- 14.2.6 Em se tratando de empresas constituídas no mesmo exercício em que se dará o recebimento e abertura dos envelopes atinentes ao certame em tela, deverão estas empresas, para fins de comprovação da sua situação econômico-financeira, apresentar o seu balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial e assinado por contabilista registrado, não lhes cabendo apresentar o cálculo dos índices a que se refere o subitem 14.2.3.
- 14.2.7 O Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deve ser apresentado através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas do recibo de entrega do livro digital junto à Receita Federal.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

14.2.8 Os interessados que apresentarem a escrituração na sua forma digital conforme item 14.2.7 deverão apresentar cálculos previstos no subitem 14.2.4, em folhas separadas, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e profissional responsável pela contabilidade, haja a vista que esses cálculos não são realizados no ambiente SPED.

14.3 - Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso (art. 29, I da Lei nº. 8.666/93);
- 14.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 29, II da Lei nº. 8.666/93);
- 14.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (art. 29, III da Lei nº. 8.666/93):
- 14.3.3.1. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS (contribuições sociais), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pela Secretaria da Receita Federal; Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante; e Municipal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;
- 14.3.4. Certificado de Regularidade do FGTS CRF (art. 29, IV da Lei nº. 8.666/93);
- 14.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR).

14.3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos elencados nos **subitens 14.3.1 a 14.3.5** deste Edital,mesmo que contenham alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações posteriores, e terão prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização de documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, que poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública;

14.3.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto em lei implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006.

14.3.7 - Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, conforme ANEXO III (MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES).

14.4 – Para Qualificação Técnica:

14.4.1. A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para fornecimento do objeto, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o item cotado pela empresa.

14.4.1.1. Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado da região onde os serviços foram executados, compatíveis com o objeto da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 14.5. Os documentos de habilitação deverão estar com prazo vigente.
- 14.6. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou serviços de locação de veículos com as características semelhantes às indicadas neste Termo de Referência;
 - 14.6.1. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição da execução do objeto, bem como o quantitativo executado;
 - 14.6.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de serviço de locação mensal de, pelo menos, 04 (quatro) veículos, sem motorista, simultaneamente;
 - 14.6.3 A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que tem condições de disponibilizar, no prazo estabelecido neste instrumento, os serviços contratados;
- 14.7. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.
- 14.8. A falta de qualquer dos documentos exigidos neste edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, exceto nos casos estabelecidos no item 15.1.2 deste edital.
- 14.9. Para àquelas certidões que não contiverem prazo de validade em seu corpo o Pregoeiro considerará o prazo de validade de 30 (trinta) dias contando-se da data de sua emissão.
- 14.10. Prova de atendimento aos requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e na Lei Estadual nº 20.826/13, para se enquadrar como:
- 14.11. ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio de certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC; ou

14.12. Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

15.0 – <u>DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS</u> <u>DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS</u>

- 15.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 e suas posteriores alterações, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:
 - 15.1.1. O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.
 - 15.1.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e CNDT, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 5 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.
- 15.2. O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, somente é aplicável no que concerne aos documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 147/2014 e art. 29, inciso I a V da Lei



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

8.666/93. O tratamento diferenciado não é aplicável à Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

15.3 Certidão simplificada da junta comercial, com vistas a confirmar a condição de ME e EPP.

16.0 – DOS RECURSOS:

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

16.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

16.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

16.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

16.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

16.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17.0 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 17.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- 17.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- 17.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;
- 17.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

18.0 – <u>DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO</u>

- 18.1. Em caso de recurso, ou quando houver apenas uma proposta habilitada, ou, ainda, quando não se realizarem lances durante a sessão de disputa, caberá ao Presidente da Câmara Municipal de Aracaju, a adjudicação do ITEM ao licitante declarado vencedor.
- 18.2. Nos demais casos, o Pregoeiro fará a adjudicação do (s) ITEM (s) ao (s) licitante (s) vencedor (es).
- 18.3. A homologação é ato de competência do Presidente da Câmara Municipal de Aracaju.

19 – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 19.1. A CONTRATADA compromete-se a disponibilizar os veículos compatíveis com a descrição do termo de referência e efetuar a manutenção preventiva e corretiva no veículo, bem como o licenciamento dos mesmos nos órgãos de Trânsito e com seguro total dos veículos, material e pessoal contra terceiros.
- 19.2. Os veículos ficarão à disposição da Câmara Municipal de Aracaju, em tempo integral e serão substituídos sempre que apresentarem defeitos mecânicos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da notificação.
- 19.3. Os veículos deverão entregues após emissão da ordem de serviços (ANEXO VIII), nos locais indicados no contrato ou outro local indicado pela CONTRATANTE e no dia e horário marcados, face a necessidade de vistoria.

20.0 - DO CONTRATO

- 20.1. Dos Prazos e condições para assinatura do Contrato:
 - 20.1.1. Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade competente e publicado no Diário Oficial do Município de Aracaju, a Licitante adjudicatária terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para a assinatura do instrumento Contratual correspondente, conforme ANEXOS VI MINUTA DO CONTRATO e ANEXO VII DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LEI 13.709/2018. A critério da administração, este prazo poderá ser prorrogável, por apenas uma vez, sob pena de decair o direito à contratação.
 - 20.1.2. Em momento oportuno a CONTRATANTE emitirá a respectiva ORDEM DE SERVIÇO (ANEXO VIII).
 - 20.1.3. Se a Licitante adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, bem como apresentar recusa à assinatura do contrato, no prazo fixado, decairá do direito à contratação, ficando sujeita às



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

penalidades previstas no art. 7°, da Lei Federal nº 10.520/02, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais;

20.1.4. Ocorrendo essa hipótese, o processo retornará ao (a) Pregoeiro (a) que convocará as Licitantes remanescentes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda integralmente ao Edital, sendo a sua autora declarada vencedora e convocada para assinar o Contrato.

20.2. Da vigência do Contrato

20.2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início da data do empenho. Podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido no art. 57, inc. II da Lei 8.666/93.

20.2.2 Os serviços, objeto do Contrato, permanecerão irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, com base na variação do índice IGP-M/FGV dos últimos 12 (doze) meses.

20.3. Dos acréscimos ou supressões do Contrato

20.3.1. A critério do CONTRATANTE e em função das necessidades dos serviços, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no art. 65, § 1º da lei 8.666/93

20.3.2 As supressões que excederem o estabelecido no art. 65, §1º da Lei 8.666/93, será necessário a concordância da parte, conforme preceitua o art. 65, §2º, inciso II da Lei 8.666/93.

21.0 – <u>DA FORMA DE PAGAMENTO</u>:



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 21.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação do serviço, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal correspondente ao serviço.
- 21.2. A CONTRATADA deverá enviar, mensalmente, fatura referente ao serviço prestado.
- 21.3. A nota fiscal/fatura para pagamento deverá conter o período de referência dos serviços prestados.
- 21.4. A nota fiscal/fatura, deverá estar acompanhada das seguintes certidões:
 - a) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal do domicílio da empresa;
 - b) Certidão de Regularidade com INSS, FGTS e ISS do domicílio da empresa;
 - c) Certidão negativa de débitos Trabalhistas;
 - d) Certidão negativa de falência e/ou concordata.
- 21.5. Os documentos supracitados, os quais são imprescindíveis para a concretização do pagamento, deverão ser apresentados para conferência, cabendo ao Servidor designado atestar a respectiva nota fiscal, desde que constate que tudo está em conformidade com o instrumento contratual.
- 21.6. Constatada a regularidade da CONTRATADA e atestado o serviço prestado na nota fiscal apresentada, esta será encaminhada para pagamento.
- 21.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 21.8. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento da data da sua reapresentação.
- 21.9. Caso a CONTRATADA deixe de cumprir quaisquer das obrigações assumidas no contrato, a CONTRATANTE poderá determinar a sustação do pagamento.
- 21.10. Se a CONTRATADA der causa a atraso no pagamento da fatura, não será possível a sua atualização monetária.

22.0 - DAS OBRIGAÇÕES

22.1. A CONTRATANTE obriga-se a:



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 22.1.1. Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos definidos no contrato.
- 22.1.2. Definir o local e parâmetros para execução dos serviços.
- 22.1.3. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização na execução dos serviços.
- 22.1.4. Efetuar o pagamento de multas provenientes de infrações às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido cometidas a partir da retirada do veículo e durante a utilização dos mesmos pela CONTRATANTE.
- 22.1.5. Arcar com os custos de combustível durante a utilização dos veículos.
- 22.1.6. Efetuar a devolução dos veículos com o tanque de combustível cheio.
- 22.1.7. Providenciar Boletim de Ocorrência Policial em casos de acidentes, incêndios ou roubo/furto de veículos e encaminhar imediatamente à CONTRATADA.

22.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- 22.2.1. Executar e responsabilizar-se integralmente pela execução da contratação, em conformidade com as especificações técnicas e legislação vigente.
- 22.2.2. Manter o contrato, durante toda a execução, compatível com as obrigações assumidas e com as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.
- 22.2.3. Não serão aceitos veículos que tenham características inferiores às estabelecidas neste instrumento.
- 22.2.4. Poderão ser oferecidos veículos com características superiores às previstas neste edital, desde que sejam aceitos pela fiscalização.
- 22.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo dessa responsabilidade, a fiscalização do contrato em seu acompanhamento.
- 22.2.6. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da execução do contrato.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 22.2.7. Arcar com todas as despesas e encargos fiscais, trabalhistas, tributários, previdenciários, sociais, comerciais, seguro obrigatório, seguro contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive de terceiros (RCFV DANOS MATERIAIS/DANOS CORPORAIS E ASSISTÊNCIA AO VEICULO 24 HORAS), cobertura total do bem, IPVA relativo ao exercício de contratação, taxas de emplacamento, bem como quaisquer outros custos decorrentes da utilização dos veículos, inclusive reparos nos veículos decorrente do uso ou de acidentes, sendo de sua responsabilidade também o pagamento de franquia do seguro, e troca de óleo.
- 22.2.8. Arcar com despesas decorrentes de notificações e/ou multas por irregularidade na documentação dos veículos ou faltas decorrentes de má conservação.
- 22.2.9. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências
- 22.2.10. O representante deverá estar capacitado para atender às necessidades, quando solicitado pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, inclusive fins de semana e feriados
- 22.2.11. Não transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE.
- 22.2.12. Fornecer todos os relatórios necessários ao fiel cumprimento do contrato.
- 22.2.13. Manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.
- 22.2.14. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superior aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços dos veículos.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 22.2.15. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente.
- 22.2.16. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como em relação aos limites máximos de ruídos fixados nas legislações pertinentes.

22.2.17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- a) Observar, sempre que possível, as disposições previstas nas instruções e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, especialmente as seguintes:
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- c) Respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- d) Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999;
- e) Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT/NBR economizando energia, gás e água;
- f) Realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao Decreto no 5.940/2006;
- g) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários desta contratação, recolhendo -os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos disponibilizadas pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando -os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1° e 9° da Resolução CONAMA n° 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- h) Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata;

- i) Os veículos que forem disponibilizados para execução do objeto da contratação pretendida deverão ser, no que couber, movidos por biocombustível ou, de forma simultânea, com este tipo de combustível e aqueles já usuais existentes no mercado;
- j) Se possível, prestar informações relativas à eco condução do veículo disponibilizado, com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambienta.

23.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 23.1. Ao prestador de serviços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993.
- 23.2. As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:
 - 23.2.1. **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

23.2.2. MULTA:

a) Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 2% (dois por cento) pelo atraso injustificado na prestação dos serviços e na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

- b) Multa 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação pela inexecução parcial ou total injustificadamente na entrega dos equipamentos e execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
- 23.2.3. **SUSPENSÃO** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 23.2.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 23.3. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 10 (dez) dias do indicado para prestação dos serviços, após a aplicação da multa prevista na alínea "a" do subitem 23.2.2.
- 23.4. A sanção prevista no subitem 23.2.4, poderá ser imposta cumulativamente com as demais, acarretando, inclusive na rescisão contratual.

24.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 24.1. Qualquer modificação no Edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;
- 24.2. Caso a adjudicatária não assine o CONTRATO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento do aviso da adjudicação, ou, quando convocada dentro do prazo de validade de



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

sua proposta, não apresentar situação regular, a CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU poderá convocar, para substituir a empresa vencedora, as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público;

- 24.3. Os documentos, exigidos para esta Licitação, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente, deverão ser digitados e impressos em papel timbrado da Licitante, registrar o número desta Licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao (a) Pregoeiro (a) dispensa a autenticação em cartório;
- 24.4. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;
- 24.5. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município, bem como os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação;
- 24.6. A vencedora desta licitação deverá, durante a sua execução, manter as condições de habilitação apresentadas na licitação;
- 24.7. O Pregoeiro, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- 24.8. É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste Edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou na documentação de habilitação;

- 24.9. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Aracaju não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 24.10. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 24.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário;
- 24.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Aracaju (art. 110, Lei 8.666/93);
- 24.13. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO;
- 24.14. A apresentação da proposta implicará pleno conhecimento e aceitação, por parte da Licitante, de todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 24.15. Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação;
- 24.16. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação, salvo disposição em contrário;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

24.17. Caso o (a) Pregoeiro (a) julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião em qualquer fase, a fim de que tenha melhores condições de analisar as propostas ou documentos apresentados, encaminhando-os às áreas envolvidas para manifestação, ou para promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar inicialmente; devendo proceder ao registro em Ata, da suspensão dos trabalhos e a continuidade dos mesmos;

24.18. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio;

24.19. A Câmara Municipal de Aracaju reserva-se o direito de:

a) revogar, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, ou anular o procedimento licitatório, quando constatada ilegalidade no seu processamento;

b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das mesmas;

c) adiar o recebimento das propostas divulgando, mediante aviso público, a nova data.

24.20. A Câmara Municipal de Aracaju poderá cancelar a Nota de Empenho que vier a ser emitida, em decorrência desta licitação e rescindir o correspondente Contrato de Prestação de Serviços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado ao licitante o contraditório e o direito de defesa:

24.20.1 quando for requerida ou decretada a falência ou liquidação da Contratada, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;

24.20.2 quando a Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

24.20.3 em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

25.0 - FORO

25.1. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Aracaju/SE.

26.0 – SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI 13.709/2018

ANEXO VIII – ORDEM DE SERVIÇO

Aracaju/SE, 13 de abril de 2023

Marcelo de Andrade Santos Pregoeiro da Câmara Municipal de Aracaju





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Documentação digitalizada em anexo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO (Modelo)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 – Câmara Municipal de Aracaju

OUTORGANTE: {Qualificação da empresa e do represente legal que assinará a procuração em seu nome (nome, endereço/razão social, etc.)}.

OUTORGADO: (Representante devidamente qualificado).

OBJETO: Representar a Outorgante no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 — Câmara Municipal de Aracaju.

PODERES: Entregar e receber envelopes contendo os documentos e as propostas, juntar documentos, assinar contratos e termos, tomar deliberações, receber ofícios e relatórios de julgamentos, firmar declarações, dar ciência e, especialmente, formular ofertas e lances de preços, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos enfim, assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato junto a este órgão, relativamente a quaisquer das fases do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023.

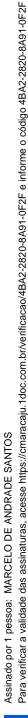
 ,	de	de 2023
 NON	ME/CARGO	



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Rei.: PREGAO ELETRONICO N 01/2023 – Camara Municipal de Aracaju
, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr.(a), portador da Carteira de Identidade noe do
CPF nº, DECLARA , para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de
21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesseis anos.
(local e data)
(Nome e assinatura do representante legal ou procurador do licitante)
(*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 - Câmara Municipal de Aracaju

	, inscrita no	CNPJ n°		, por interr	nédio de seu
representante legal,	o(a) Sr.(a)	, portado	or da Carteira	de Identidade n	°e
do CPF n°	_, DECLARA , en	n atenção ao d	isposto no art	t. 4°, VII, da Le	i Federal n.º
10.520, de 17 de	julho de 2002, c	que cumpre p	lenamente os	requisitos exig	gidos para a
habilitação na lici	tação modalidade	PREGÃO E	LETRÔNICO	Nº 01/2023	da Câmara
Municipal de Araca	ju.				
			de	_de 2023	
		(local e dat	a)		
(Nome	e assinatura do re	presentante les	gal ou procura	dor do licitante))



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

À Câmara Municipal de Aracaju/Comissão Permanente de Licitação/Pregão Eletrônico nº. 01/2023

A Empresa [Razão Social da Licitante], através da presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere o Pregão Eletrônico nº 01/2023 .

E por ser verda	ade, assina a presen	nte declaração	o sob as penas	da lei.
		, em	de	de 2023
	[Nome, Car	go e Assinatu	ıra do Represe	entante Legal]
	[Dados da Dec	clarante: Razã	io Social e Car	rimbo do CNPJ]



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2023

CONTRATO Nº XX/2023 DE QUE ENTRE SI FIRMAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU** E A EMPRESA________, fundamentado no Pregão Eletrônico nº 01/2023.

Pelo presente instrumento particular, a CAMARA MUNICIPAL DE ARACAJU, com sede
na Praça Olímpio Campos, nº. 74, Bairro Centro, nesta Capital, CNPJ 13.167.804/0001-21,
representado neste ato pelo seu Presidente, Vereador RICARDO VASCONCELOS SILVA
doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa
localizada no endereço, inscrita no CNPJ nº
, representada neste ato pelo Si
, doravante denominada CONTRATADA, resolvem
firmar o presente Contrato, fundamentado no Processo de Licitação na modalidade Pregão
Eletrônico nº 01/2023, que será regido em conformidade com a da Lei Federal nº 10.520, de
17 de julho de 2002, e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e, ainda,
pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações
posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir
estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93)

1.1 O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para Locação de Veículos para as atividades administrativas, Vereadores e Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aracaju, de acordo com as especificações constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 01/2023** e seus anexos, e proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, I da Lei nº. 8.666/93, independentemente de suas transcrições.





ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Locação de veículo automotor sem motorista, (combustível por conta da contratante), tipo SUV, ano/modelo não inferior a 2020, 4 portas, motor a combustão gasolina ou álcool, motor turbo 1.5 ou superior, câmbio automático, capacidade mínima do tanque 55 litros, direção elétrica, vidro com Película, estepe, com seguro total do veículo, material e pessoal contra terceiros, devendo ser trocado, no máximo a cada 02 (dois) anos ou ao atingir a 50.000 (cinquenta mil quilômetros), triangulo, estepe, macaco, chave de roda, chave reserva, jogo de tapete completo, trava ante escorregamento, protetor cárter.	UNID	01		
02	Locação de veículo	UNID	01		



	utilitário de passageiros,			
	motor mínimo 1.4 cv, sem			
	motorista (combustível por			
	conta da contratante)			
	câmbio automático, veículo			
	flex (gasolina/álcool), ar			
	condicionado, alarme,			
	vidro/trava elétrica, 04			
	(quatro) portas, capacidade			
	para 07 (sete) pessoas			
	(incluindo o motorista), CD			
	Player e vidro com			
	Película, ano/modelo não			
	inferior a 2020, com seguro			
	total do veículo, material e			
	pessoal contra devendo ser			
	trocado, no máximo a cada			
	02 (dois) anos ou ao atingir			
	a 50.000 (cinquenta mil			
	quilômetros), chave			
	reserva, triangulo, estepe,			
	macaco, chave de roda,			
	jogo de tapete completo,			
	trava ante escorregamento,			
	protetor cárter.			
	Locação de veículo Tipo			
03	Passeio, sem motorista,	UNID	04	
03	(combustível por conta da	UNID	U 4	
	contratante), câmbio			
				I



	automático/manual, a partir			
	de 98 cv, capacidade do			
	porta mala mínimo de			
	280L, tanque de			
	combustível mínimo de			
	44L, direção			
	hidráulica/elétrica, Ar			
	condicionado, alarme,			
	vidro/trava elétrica, 04			
	(quatro) portas, capacidade			
	para 05 (cinco) pessoas			
	(incluindo o Motorista),			
	CD Player e vidro com			
	Película, ano/modelo não			
	inferior a 2020, com seguro			
	total do veículo, material e			
	pessoal contra terceiros,			
	devendo ser trocado, no			
	máximo a cada 02 (dois)			
	anos ou ao atingir a 50.000			
	(cinquenta mil			
	quilômetros), chave			
	reserva, triangulo, estepe,			
	macaco, chave de roda,			
	jogo de tapete completo,			
	trava ante escorregamento,			
	protetor cárter			
0.4	Locação mensal de	LINIID	22	
04	Veículos sem motorista	UNID	23	
	1			



Características mínimas: -	
Ano/modelo não inferior a	
2020 - Veículo com 4	
portas, com película, com	
seguro total do veículo,	
material e pessoal contra	
terceiros, devendo ser	
trocado no máximo, a cada	
02 (dois) anos ou atingir a	
50.000 (cinquenta mil	
quilômetros) Veículo flex.	
(gasolina/álcool) motor	
mínimo de 2.0cc, Potência	
mínima de 140CV,	
capacidade do porta mala	
mínimo de 340L, tanque de	
combustível mínimo de	
5OL, direção hidráulica, Ar	
condicionado, Airbag duplo	
frontal, barra de proteção	
nas portas, freios ABS,	
alarme, vidro/trava elétrica.	
04 (quatro) portas,	
capacidade para 05 (cinco)	
pessoas (incluindo o	
Motorista), CD Player e	
vidro com Película.	
VALOR	R TOTAL PARA 12 MESES



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93)</u>

2.1. A Prestação de Serviços dar-se-á na forma de execução indireta e será efetivada no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93)</u>

- **3.1.** O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (XXXXXXX). A contratante somente pagará à contratada pela efetiva execução dos serviços, após liquidação da obrigação.
- **3.2**. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação do serviço, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal correspondente ao serviço.
- **3.3.** A CONTRATADA deverá enviar, mensalmente, fatura referente ao serviço prestado.
- **3.4**. A nota fiscal/fatura para pagamento deverá conter o período de referência dos serviços prestados.
- **3.5.** A nota fiscal/fatura, deverá estar acompanhada das seguintes certidões:
 - **3.5.1.** Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal do domicílio da empresa;
 - 3.5.2. Certidão de Regularidade com INSS, FGTS e ISS do domicílio da empresa;
 - **3.5.3.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - 3.5.4. Certidão negativa de falência e/ou concordata.
- **3.6.** Os documentos supracitados, os quais são imprescindíveis para a concretização do pagamento, deverão ser apresentados para conferência, cabendo ao Servidor designado atestar a respectiva nota fiscal, desde que constate que tudo está em conformidade com o instrumento contratual.
- **3.7**. Constatada a regularidade da CONTRATADA e atestado o serviço prestado na nota fiscal apresentada, esta será encaminhada para pagamento.
- **3.8**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 3.9. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/fatura, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento da data da sua reapresentação.
- 3.10. Caso a CONTRATADA deixe de cumprir quaisquer das obrigações assumidas no contrato, a CONTRATANTE poderá determinar a sustação do pagamento.
- 3.11. Se a CONTRATADA der causa a atraso no pagamento da fatura, não será possível a sua atualização monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

4.1. O presente Contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de empenho, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, desde que obedecidas às mesmas condições estipuladas no Edital e no Instrumento Contratual, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

- 5.1. A CONTRATADA deverá possuir sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no município de Aracaju/SE para a perfeita execução dos serviços concernentes às substituições, manutenções e outros, dentro do prazo máximo estabelecido.
- 5.2. A propriedade do veículo deverá estar em nome da CONTRATADA e não de terceiros, com toda a documentação regularizada.
- 5.3. Os veículos oferecidos pela empresa CONTRATADA deverão ser todos da mesma marca/modelo e cor para cada tipo de automóvel.
- **5.4.** O veículo deverá manter as características e cor padrão de fábrica, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca, ou logotipo que identifique a empresa, exceto quando solicitado ou autorizado pela CONTRATANTE.
- 5.5. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de segurança, inclusive com os itens obrigatórios como triângulo, chave de roda, macaco, cinto de segurança, acompanhados





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

de todos os documentos de porte obrigatório exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro e cópia das respectivas apólices de Seguro.

- **5.6.** Os veículos deverão estar devidamente licenciados perante órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.
- **5.7.** Disponibilizar veículos devidamente limpos e com tanque cheio, no momento da entrega e/ou substituições provisórias ou permanentes dos veículos.
- **5.8.** A CONTRATADA deverá disponibilizar 01 (uma) cópia extra das chaves para cada veículo.
- **5.9.** A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos na cidade de Aracaju/SE, na data e horário previamente agendado pela CONTRATANTE por meio de ordem de serviço, com o tanque de combustível cheio, veículo limpo e higienizado.
- **5.10.** Os veículos deverão ser retirados pelos condutores designados pela CONTRATANTE, no local onde foi agendado para as suas retiradas.
- **5.11.** Caberá à CONTRATANTE, ao final da prestação do serviço, a incumbência de realizar a devolução dos veículos nas dependências da CONTRATADA na cidade de Aracaju/SE, em data e horário definidos pela CONTRATANTE.

5.12. DO SEGURO VEICULAR

- 5.12.1. Os veículos deverão possuir seguro com cobertura total (contra roubo, furto, incêndio, acidentes, perda total, danos e/ou avarias) durante todo o período de execução dos serviços, isentando a CONTRATANTE da responsabilidade em relação a quaisquer danos materiais, pessoais ou pecuniários, inclusive de terceiros e decorrentes da utilização dos serviços da seguradora:
 - 5.12.1.1. Seguro total, que inclua cobertura para responsabilidade civil, contra terceiros e danos pessoais dos passageiros transportados, incluindo a devida assistência para o motorista, nas seguintes condições: Responsabilidade Civil contra Terceiros (DM, DP) e APP Acidente Pessoal de Passageiro (Morte e Invalidez), sendo o valor mínimo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa. 5.12.1.2. A plena isenção de responsabilidade da CONTRATANTE estende-se também aos casos de avarias de menor monta, nos veículos locados e de terceiros, ocorridas de forma involuntária, decorrente de uso, casos fortuitos e





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

que não ensejam a utilização dos serviços da seguradora, como vidros, pneus, retrovisores externos, conjunto de faróis.

- 5.12.1.3. Em caso de sinistro (pane, colisão, incêndio etc.), a substituição do veículo sinistrado deverá ocorrer em um prazo máximo de até 06 (seis) horas, a partir da comunicação/solicitação à CONTRATADA.
- 5.12.2. Caberá à CONTRATADA apresentar a cópia da apólice de seguro do veículo disponibilizado no contrato, bem como apresentar o cartão do seguro (se houver).
- 5.12.3. Na ocasião do vencimento da apólice, a CONTRATADA deverá apresentar a cópia da renovação e providenciar a substituição do cartão do seguro (se houver) com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data final de vigência.

5.13. DA ASSISTÊNCIA 24 HORAS

- 5.13.1. A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, através de sistema de comunicação a ser informado.
- 5.13.2. Deverá fornecer, sempre que solicitado e não importando o horário da ocorrência, o serviço de reboque do veículo e translado dos passageiros dentro do Estado de Sergipe, sem ônus para a CONTRATANTE, quando os veículos ficarem impedidos de transitar em razão de acidente, defeito, retenção por falta de regularidade documental, problemas que impeçam seu conserto no local ou qualquer outro motivo.
- 5.13.3. Em caso de quebra de veículo durante o trajeto a CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para atendimento imediato dos usuários em trânsito.
- 5.13.4. O veículo avariado deverá ser substituído por outro de características similares, no local onde se encontra o veículo, no prazo máximo de 06 (seis) horas, sendo admitido, excepcionalmente, veículo diferente, a fim de se evitar atrasos e/ou prejuízo à CONTRATANTE.
 - 5.13.4.1. Na situação acima, a CONTRATADA deverá providenciar o transporte da equipe de Servidores da CONTRATANTE no prazo máximo de até 02 (duas) horas, contadas do acionamento, no local da ocorrência, para a sede da CONTRATANTE ou cidade mais próxima, a critério da CONTRATANTE.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

5.14. DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

- 5.14.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas, substituindo o veículo quando necessário onde o mesmo se encontrar, sem ônus para a CONTRATANTE, nas mesmas condições e características do veículo substituído.
- 5.14.2. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de sistema de arrefecimento, pastilhas de freio, correias, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, alinhamento e balanceamento de rodas, pneus, filtro e higienização do sistema de ar-condicionado, palhetas limpadoras de para-brisas e outras providências necessárias ao perfeito funcionamento do veículo.
- 5.14.3. A CONTRATADA deverá solicitar os veículos locados para revisão e/ou manutenção preventiva, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, por escrito à CONTRATANTE, sendo que, para essa finalidade a substituição do veículo deverá ser imediata e nas mesmas condições e características do veículo substituído.
- 5.14.4. O fiscal do contrato, quando identificar alguma necessidade de reparo ou manutenção do veículo, encaminhará uma solicitação de serviço à CONTRATADA, que deverá executar o serviço sem ônus para a CONTRATANTE.
- 5.14.5. A CONTRATADA deverá realizar as revisões periódicas, nos prazos indicados pelos fabricantes dos veículos, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 5.14.6. A CONTRATADA deverá providenciar os reparos dos pneus e a substituição de pneus gastos por novos, sem custo adicional, não sendo permitida a utilização de pneus recauchutados.
- 5.14.7. A substituição dos pneus se dará automaticamente, toda vez que qualquer parte da banda de rodagem atingir a espessura mínima exigida pela legislação de trânsito pertinente, devendo ser substituídos simultaneamente os dois pneus do mesmo eixo.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 5.14.8. A CONTRATADA deverá substituir os pneus em qualquer situação em que apresentarem desgaste anormal, dano decorrente de vias esburacadas, desagregação ou algo similar que possa impedir a circulação dos veículos ou proporcionar risco de acidentes
- 5.14.9. Os pneus sobressalentes deverão ser novos e estarem nas mesmas condições de circulação dos demais pneus.

5.15. DA SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS

- 5.15.1. Os veículos deverão ser substituídos quando atingirem, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses de fabricação ou 50.000km (cinquenta mil quilômetros) rodados, o que ocorrer primeiro e sem ônus para a CONTRATANTE.
- 5.15.2. O tempo máximo de uso do veículo será aferido tanto no momento da formalização do contrato inicial, como na época da formalização de aditamentos cujo objeto seja a prorrogação de vigência do ajuste.
- 5.15.3. Providenciar, após a comunicação da CONTRATANTE, no caso de eventuais defeitos mecânicos ou fatos de outra natureza apresentados pelo veículo, a sua recuperação ou efetuar a substituição, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, em horário previamente agendado, por outro veículo com características idênticas ou superiores às previstas no Termo de Referência, sujeito à aprovação da CONTRATANTE, devendo estar devidamente licenciado e segurado.
- 5.15.4. O período de indisponibilização do veículo pela CONTRATANTE à CONTRATADA, na hipótese de substituição, será devidamente glosado pelos dias de serviço não prestado.
- 5.15.5. A substituição provisória do veículo deverá ocorrer por prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, podendo este prazo, a critério da CONTRATANTE, ser prorrogado caso seja necessário. A reapresentação do veículo titular ou sua substituição definitiva poderá ser solicitada, a critério da CONTRATANTE, caso este prazo seja ultrapassado.
- 5.15.6. No caso de a substituição ser motivada por colisão grave, furto/roubo ou perda total do veículo, desde que devidamente comprovados, o prazo para a substituição definitiva será de até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, sendo obrigatória a





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

reapresentação do veículo, objeto do contrato, ou sua substituição definitiva após este prazo.

5.16. DO GERENCIAMENTO DE MULTAS

5.16.1 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após seu recebimento, cópia das multas e infrações de trânsito pertinentes aos veículos locados, para análise e apuração de responsabilidades por parte do CONTRATANTE, quando este informará à CONTRATADA o nome do condutor do veículo para que esta intermedeie entre o condutor e o DETRAN, visando à apuração da responsabilidade pelas multas e, caso necessário, impetração de recurso junto à autoridade competente.

5.16.2. Não deverão ser cobradas taxas sobre o valor de multas de trânsito. A cobrança será tão somente do valor constante no documento único de arrecadação (DUA).

<u>CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).</u>

6.1. As despesas oriundas do objeto desta contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Programa de 2023 da Câmara Municipal de Aracaju, com dotação suficiente, obedecendo à classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 01101 Câmara Municipal de Aracaju

Ação:2001 - Manutenção da Câmara Municipal

2258 – Manutenção da TV Câmara

Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

SubElemento: 33.90.39.13 – Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas e Intangíveis

Fonte de Recurso: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

<u>CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93)</u>

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 7.1.1. Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos definidos no contrato.
- 7.1.2. Definir o local e parâmetros para execução dos serviços.
- 7.1.3. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização na execução dos serviços.
- 7.1.4. Efetuar o pagamento de multas provenientes de infrações as leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido cometidas a partir da retirada do veículo e durante a utilização dos mesmos pela CONTRATANTE.
- 7.1.5. Arcar com os custos de combustível durante a utilização dos veículos.
- 7.1.6. Efetuar a devolução dos veículos com o tanque de combustível cheio.
- 7.1.7. Providenciar Boletim de Ocorrência Policial em casos de acidentes, incêndios ou roubo/furto de veículos e encaminhar imediatamente à CONTRATADA.

7.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- 7.2.1. Executar e responsabilizar-se integralmente pela execução da contratação, em conformidade com as especificações técnicas e legislação vigente.
- 7.2.2. Manter o contrato, durante toda a execução, compatível com as obrigações assumidas e com as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.
- 7.2.3. Não serão aceitos veículos que tenham características inferiores às estabelecidas neste instrumento.
- 7.2.4. Poderão ser oferecidos veículos com características superiores às previstas neste edital, desde que sejam aceitos pela fiscalização.
- 7.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo dessa responsabilidade, a fiscalização do contrato em seu acompanhamento.
- 7.2.6. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da execução do contrato.
- 7.2.7. Arcar com todas as despesas e encargos fiscais, trabalhistas, tributários, previdenciários, sociais, comerciais, seguro obrigatório, seguro contra roubo, furto, danos

10



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

materiais e pessoais, inclusive de terceiros (RCFV DANOS MATERIAIS/DANOS CORPORAIS E ASSISTÊNCIA AO VEICULO 24 HORAS), cobertura total do bem, IPVA relativo ao exercício de contratação, taxas de emplacamento, bem como quaisquer outros custos decorrentes da utilização dos veículos, inclusive reparos nos veículos decorrente do uso ou de acidentes, sendo de sua responsabilidade também o pagamento de franquia do seguro, e troca de óleo.

- 7.2.8. Arcar com despesas decorrentes de notificações e/ou multas por irregularidade na documentação dos veículos ou faltas decorrentes de má conservação.
- 7.2.9. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências
- 7.2.10. O representante deverá estar capacitado para atender às necessidades, quando solicitado pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, inclusive fins de semana e feriados
- 7.2.11. Não transferir a terceiros, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE.
- 7.2.12. Fornecer todos os relatórios necessários ao fiel cumprimento do contrato.
- 7.2.13. Manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.
- 7.2.14. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superior aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços dos veículos.
- 7.2.15. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente.
- 7.2.16. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como em relação aos limites máximos de ruídos fixados nas legislações pertinentes.

7.2.17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10



- a) Observar, sempre que possível, as disposições previstas nas instruções e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, especialmente as seguintes:
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- c) Respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos:
- d) Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999;
- e) Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT/NBR economizando energia, gás e água;
- f) Realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao Decreto no 5.940/2006;
- g) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários desta contratação, recolhendo -os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos disponibilizadas pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando -os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1° e 9° da Resolução CONAMA n° 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- h) Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e n° 315, de 29/10/2002, e legislação correlata;
- i) Os veículos que forem disponibilizados para execução do objeto da contratação pretendida deverão ser, no que couber, movidos por biocombustível ou, de forma simultânea, com este tipo de combustível e aqueles já usuais existentes no mercado;





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

j) Se possível, prestar informações relativas à eco condução do veículo disponibilizado, com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambienta.

<u>CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei</u> nº 8.666/93)

- 8.1. Ao prestador de serviços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993.
- 8.2. As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:
 - 8.2.1. **ADVERTÊNCIA** sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

8.2.2. **MULTA:**

- a) Multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 2% (dois por cento) pelo atraso injustificado na prestação dos serviços e na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
- b) Multa 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação pela inexecução parcial ou total injustificadamente na entrega dos equipamentos e execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

- 8.2.3. SUSPENSÃO suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- 8.2.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 8.3. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 10 (dez) dias do indicado para prestação dos serviços, após a aplicação da multa prevista na alínea "a" do subitem 8.2.2.
- 8.4. A sanção prevista no subitem 8.2.4, poderá ser imposta cumulativamente com as demais, acarretando, inclusive na rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

- 9.1. A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.3. A rescisão da Contratação poderá ser:
 - 9.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou
 - 9.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou
 - 9.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 9.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e não implicará no pagamento de qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

10.1. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, no que couberem.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO</u> DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei n° 8.666/93).

- 10.1. O presente Contrato fundamenta-se:
 - 10.1.1.Nos termos do Pregão Eletrônico nº 01/2023 que, simultaneamente:
 - 10.1.2. Constam do Processo Administrativo nº 158/2023, que a originou;
 - 10.1.3. Parecer Jurídico
 - 10.1.4. Não contrariem o interesse público;
 - 10.1.5. Nas demais determinações da Lei nº 8.666/93;
 - 10.1.6. Nos preceitos do Direito Público;
 - 10.1.7. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS, DAS SUPRESSÕES E DO REAJUSTE (Art. 65, Lei nº 8.666/93).</u>

- 12.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições da contratação os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, na forma do art. 65, § 1°, da Lei nº 8.666/1993.
- 12.2. Os serviços, objeto do Contrato, permanecerão irreajustáveis durante a vigência contratual de 12 (doze) meses. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, com base na variação do índice IGP-M/FGV dos últimos 12 meses.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

12.3. As supressões que excederem o estabelecido no art. 65, §1º da Lei 8.666/93, será necessário a concordância da parte, conforme preceitua o art. 65, §2º, inciso II da Lei 8.666/93.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA</u> FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei n° 8.666/93).

13.1. A execução do Contrato será fiscalizada pela Diretoria Administrativa desta Câmara Municipal, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização referente ao objeto contratado.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)</u>

- 14.1 Os serviços serão prestados nas condições estipuladas no Termo de Referência, bem como, supletivamente, na proposta de preços.
- §1º O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 73 incisos I e II, "a" e "b".
- §2º O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO (Art. 55, §2°, Lei n° 8.666/93)

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU CONTRANTANTE

CONTRATADA





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI 13.709/2018;

A empresa _			, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no
CNPJ	sob	n°	, com sede na xxxxxxxxxxx,
por meio da	presente decla	ıração de con	formidade, assume o compromisso perante a Câmara
Municipal d	le Aracaju, us	suários e dei	nais partes interessadas, de cumprir e zelar pelos
princípios da	Lei nº 13.709	/2018 e decla	ra-se em conformidade com a legislação atual vigente
e comprome	tida com a ga	ırantia de cor	nformidade com a Lei 13.709/2018, e a observar os
princípios a s	seguir:		

- princípio da transparência, licitude e lealdade os dados pessoais do usuário serão processados de forma lícita, leal e transparente;
- princípio da finalidade e da limitação os dados pessoais do usuário serão coletados apenas para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- princípio minimização dos dados os dados pessoais do usuário serão coletados de forma adequada, pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados;
- princípio da qualidade dos dados os dados pessoais do usuário serão exatos e atualizados sempre que necessário, de maneira que os dados inexatos sejam apagados ou retificados quando possível;
- princípio da limitação da conservação os dados pessoais do usuário serão conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- princípio da integridade e confidencialidade os dados pessoais do usuário serão tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

A empresa declara-se aderente aos princípios supracitados e tem por escopo prioritário obter a conformidade com a legislação de proteção de dados.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

ANEXO VIII – ORDEM DE SERVIÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2023 1DOC

ORDEM DE SERVIÇO Nº /2023

Autorizamos a empresa abaixo qualificada a prestar os serviços discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2023.

Empresa

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CEP: xxxxxxxxxxxxxx

Tel. (xx) xxxxxxxxxxxxxxx e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxx

RG: xxxxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Item	Descrição do item	Marca	Quantidade	Preço Unit. Registrado	Valor Total R\$

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta **Ordem de Serviço** serão originários da classificação funcional programática abaixo discriminada:

a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Aracaju (SE), ____ de ____ de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4BA2-2820-8A91-0F2F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

V

MARCELO DE ANDRADE SANTOS (CPF 803.XXX.XXX-68) em 13/04/2023 09:40:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmaracaju.1doc.com.br/verificacao/4BA2-2820-8A91-0F2F